



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Coordenação-Geral de Gestão do Território

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 946271/2023

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional

Nome da autoridade competente: Adriana Melo Alves

Número do CPF: 021.186.624-59

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial.

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: PORTARIA Nº 1.351, DE 27 DE JANEIRO DE 2023 – PORTARIAS DE 27 DE JANEIRO DE 2023 – DOU - UG SIAFI 530023- Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 530023 – Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial.

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 530023 – Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Fundação Universidade Federal do Amapá

Nome da autoridade competente: Júlio César Sá de Oliveira

Número do CPF: 474.781.364-00

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Fundação Universidade Federal do Amapá/

Núcleo de Agroecologia, Pesca e Aquicultura do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Amapá (NEPA)

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: UNIFAP UG: 154215

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: UNIFAP UG: 154215

3. OBJETO

O presente projeto executivo tem como objeto a realização do “Mapeamento e Diagnóstico dos Produtos e das Iniciativas da Bioeconomia, para orientar a elaboração do Plano Estadual da Bioeconomia do Estado do Amapá (BIO-Amapá), com indicação de bio-recursos de setores estratégicos para Projetos de Beneficiamento Industrial (PBI) no Amapá”.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED**1. META 1 - Planejamento do Mapeamento e Diagnóstico da Bioeconomia****Meta 1.1. Etapa Inicial – Estruturação da Pesquisa**

Ação 1.1.1: Criação do Comitê de Coordenação (Portaria UNIFAP)

Ação 1.1.2: Estruturação do espaço físico de trabalho

Ação 1.1.3: Elaboração, publicação do edital de seleção de graduandos, mestrandos e doutorandos (Equipe de Pesquisa)

Ação 1.1.4: Curso de nivelamento e capacitação dos integrantes

Ação 1.1.5: Composição das equipes nos 16 municípios

Ação 1.1.6: Elaboração do Plano de Execução da Pesquisa: a) base de dados secundários e primários; instituições parceiras; roteiros de pesquisa; estrutura logística; recursos disponíveis; prazos e metas definidas.

Ação 1.1.7: Levantamento de dados secundários: base de entidades e empreendimentos

Produto da Meta 1.1: Relatório de Estruturação das Atividades de Pesquisa

Meta 1.2. Mapeamento dos Atores Municipais e Pesquisa de Dados Primários

Ação 1.2.1: Elaboração do Questionário Quanti-Quali: estruturação e validação

Ação 1.2.2. Identificação das Fontes de Pesquisa em cada município

Ação 1.2.3: Organização da Pesquisa de Campo Ação 1.2.4: Execução da Pesquisa de Campo

Ação 1.2.5: Sistematização: tabulação e geração de indicadores dos dados de campo.

Ação 1.2.6: Elaboração dos Relatórios Parciais

Produto da Meta 1.2: Relatório da Pesquisa de Campo

2. META 2 – Estratégia de Mobilização e Participação Social

Meta 2.1. Construção do Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá

Ação 2.1.1: Organização, divulgação e mobilização da audiência pública: em 16 municípios.

Ação 2.1.2: Realização das audiências públicas: apresentação dos resultados da pesquisa, debate para opiniões, críticas, sugestões, validação da pesquisa, coleta de propostas.

Ação 2.1.3: Sistematização dos dados obtidos e propostas das audiências públicas. Ação 2.1.4: Elaboração da versão preliminar do Diagnóstico da Bioeconomia

Ação 2.1.5: Estruturação da versão preliminar de subprodutos do diagnóstico: a) Calendário de Produção; b) Catalogo de Produtos Locais; c) Configuração da Cadeia de Valor de Produtos e subprodutos de setores estratégicos para Projetos de Beneficiamento Industrial (PBI) no

Amapá.

Ação 2.1.6: Análise potencial e seleção de produto/s para inserção no programa Rotas de Biodiversidade: Castanha-do-Brasil (alimentos e cosméticos); Cipó Titica (móveis); Mel (de fármacos e alimentos); Óleos vegetais (fármacos); Grude e Barbatanas Tubarão (química).

Ação 2.1.7: Análise da aplicação de bio-recursos de setores estratégicos para Projetos de Beneficiamento Industrial (PBI) no Amapá.

Ação 2.1.8: Validação do Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá

Ação 2.1.9: Elaboração de propostas: Plano Estadual de Bioeconomia do Amapá (BIO-Amapá)

Produto da Meta 2.1: Mapeamento e Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá

3. META 3 – Propostas para o Plano Estadual de Bioeconomia do Amapá (BIO-Amapá)

Meta 3.1. Consolidação dos Produtos

Ação 3.1.1: Consultas ad hoc: pareceres técnicos

Ação 3.1.2: Elaboração da versão final do Diagnóstico da Bioeconomia

Ação 3.1.3: Elaboração da versão final das Propostas para o Plano Estadual da Bioeconomia do Amapá (BIO-Amapá)

Ação 3.1.4: Elaboração da versão final das Cartilhas: a) Calendário de Produção da Bioeconomia; b) Catálogo de Produtos da Bioeconomia de setores estratégicos para Projetos de Beneficiamento Industrial (PBI) no Amapá.

Ação 3.1.5: Resumo Executivo: Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá e Propostas do Plano Estadual da Bioeconomia do Amapá (BIO-Amapá)

Ação 3.1.6: Validação e entrega dos produtos do projeto

Ação 3.1.7: Evento público de apresentação dos resultados

Ação 3.1.8: Produção da Revista BIO-Amapá (material técnico e científico): em versão impressa e digital.

Produto da Meta 3.1: Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá e Propostas para o Plano Estadual da Bioeconomia do Amapá (BIO-Amapá)

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Ao longo da história de sua formação territorial, as terras que formam a estrutura fundiária do estado do Amapá, passaram por diversas etapas e tensões que desencadearam em conflitos armados, disputas diplomáticas entre países, desmembramento de terras, organização e reorganização socioespacial, tutela da união como território federal, falta de autonomia política, indefinição na propriedade fundiária e dificuldades de gestão de seu próprio território (IMAP, 2018).

Uma situação ainda em andamento, trata da transferência via Decreto nº 8.713/2016 que assegura ao Amapá a posse de áreas mapeadas em 23 glebas de um território com uma extensão de 142.828,521 mil km², sendo que em torno de 25% estariam disponíveis para o cultivo agrícola e agropecuário. Na dimensão do espaço amapaense estão homologadas diversas Unidades de Conservação (UC's) que ocupam de maneira direta ou indireta parcelas consideráveis de terras em seus dezesseis municípios. Atualmente, são 19 (dezenove) unidades de conservação, sendo 12 (doze) federais, 5 (cinco) estaduais e 2 (duas) municipais. Destas, 8 (oito) são do tipo unidade de proteção integral e 11 (onze) de uso sustentável, totalizando uma área de 8.798.040,31 hectares. Ou seja, cerca de 72% de seu território corresponde a áreas especialmente protegidas (ASSUNÇÃO, 2016).

Nesse sentido aparece uma primeira constatação: entre os principais fatores que limitam o crescimento econômico do Amapá, pode-se destacar algumas questões estruturais e outras associadas, a saber: o grande número de áreas protegidas no estado respondendo por quase 74% de todo território amapaense; o fato de o Amapá ter uma economia sempre baseada em ciclos econômicos; a dependência financeira de recursos federais, tanto no período do território quanto depois da criação do Estado e os projetos do setor mineral que sempre se destacaram (exploração de minérios de manganês, ouro, cromita, etc.).

Quanto a oportunidades de utilização econômica das terras para produção agropecuária em escala de mercado, Venturieri et al. (2017)¹, no levantamento "Mapeamento de Solos e Aptidão Agrícola das Terras do Cerrado Amapaense, Realizado em Escala de Reconhecimento de Alta Intensidade, como Subsídio ao MacroZEE" (EMBRAPA, 2017) destaca que os resultados da pesquisa indicam que as terras do Cerrado amapaense foram quantificadas por Classes de Aptidão Agrícola, apresentando os seguintes resultados: a) Terras com classe de aptidão não recomendada para a atividade Agropecuária (56,29%); b) total de 24,12% foi indicado como área de terras com classe de aptidão boa para agricultura; c) enquanto 10,83% apresentam aptidão regular; c) 8,76% indicação de terras com classe de aptidão boa para a pecuária; estão 1 Mapeamento de Solos e Aptidão Agrícola das Terras do Cerrado Amapaense, Realizado em Escala de Reconhecimento de Alta Intensidade, como Subsídio ao MacroZEE" (EMBRAPA, 2017): estabeleceu as especificações: a) B/A: Terras que apresentam classe de aptidão boa para agricultura; b) R/A: Terras que apresentam classe de aptidão regular para agricultura; c) B/P: Terras que apresentam classe de aptidão boa para pecuária; d) N/R: Terras não recomendadas para atividade agropecuária Venturieri et. al. (2017, p. 15).entre as terras aptas para a agropecuária.

[1] Mapeamento de Solos e Aptidão Agrícola das Terras do Cerrado Amapaense, Realizado em Escala de Reconhecimento de Alta Intensidade, como Subsídio ao MacroZEE" (EMBRAPA, 2017): estabeleceu as especificações: a) B/A: Terras que apresentam classe de aptidão boa para agricultura; b) R/A: Terras que apresentam classe de aptidão regular para agricultura; c) B/P: Terras que apresentam classe de aptidão boa para pecuária; d) N/R: Terras não recomendadas para atividade agropecuária Venturieri et. al. (2017, p. 15).

Nesse cenário, a utilização dos recursos naturais, dos serviços dos ecossistemas disponíveis nas unidades de conservação e reservas extrativistas estaduais se apresentam como uma oportunidade de desenvolvimento social e econômico. A partir da transferência de terras para o Estado do Amapá, ainda permanecem variadas dificuldades de indefinição, lentidão e burocracias operacionais no processo de regularização fundiária, do licenciamento ambiental para atividades produtivas. Nas atividades da agropecuária predomina a baixa produtividade e rentabilidade nos estabelecimentos da agricultura e pecuária, desenhando um cenário que sugere entraves e dificuldades da produção agropecuária amapaense, limitando sua capacidade em atender as necessidades da produção de alimentos para abastecer o mercado interno.

No Estado do Amapá, a produção de alimentos em larga escala dos principais produtos da lavoura temporária e da lavoura permanente não está presente em escala comercial e industrial no sistema de produção agrícola, onde praticamente poucos produtos tem um volume de produção capaz de abastecer o mercado interno da capital Macapá ou da demanda por alimentos em todos os municípios do Estado.

As estratégias a serem aplicadas no aproveitamento econômico dos recursos naturais por ações de base conservacionistas da Bioeconomia devem considerar que as discussões, debates e planos de beneficiamento industrial devem dialogar diretamente com o paradigma do Desenvolvimento Sustentável. A necessidade de percepção desses movimentos entorno da questão do desenvolvimento faz-se necessário, principalmente quando este tema envolve a Amazônia, e de forma específica, o Estado do Amapá. O debate atual sobre essas novas possibilidades de intervenção tem como escopo sincronizar e construir um modelo de desenvolvimento que garanta geração de emprego e renda e qualidade de vida para os diversos grupos humanos que habitam as florestas, os rios e as cidades na Amazônia.

O conceito em torno da expressão “Bioeconomia” se aplica “à transição de uma economia baseada em matéria-prima fóssil, para uma economia verde, de base biológica e renovável, a partir da utilização sustentável e inovadora de biomassa para a produção de bioprodutos, bioinsumos, biocombustíveis e bioenergia”. Partindo de Birner (2018) a Bioeconomia é “uma ordem econômica que reconhece a base biológica de quase todas as atividades econômicas” (LOPES, e CHIAVARI, 2022, p. 8).

Em situações diversas observadas na região Amazônica, a condução de qualquer investimento de natureza econômica deve considerar os múltiplos aspectos da heterogeneidade ambiental, cultural e socioeconômica presentes nos contextos populacionais de áreas urbanas e do meio rural. No Estado do Amapá a diversidade da ocupação territorial se manifesta por meio da extensa cobertura florestal, com diversos produtos de valor econômico-ambiental e social expressivos, de onde se impõe complexos desafios a serem enfrentados e superados para gerar riquezas a partir dos produtos de sua Bioeconomia considerando-se “a utilização de conhecimentos biológicos para aplicações comerciais e industriais” (LOPES, e CHIAVARI, 2022, p. 8 apud Birner 2018).

No Amapá, a riqueza potencial dos recursos naturais contrasta com a população na pobreza, considerando-se que o extrativismo compreende um processo de baixa intensidade tecnológica, comparado a outros setores da economia. Denota-se que a superação da pobreza estrutural da população pode ser superada com os benefícios econômicos de seus recursos naturais e outras cadeias produtivas. Diante dos desafios, a promoção de políticas de desenvolvimento socioeconômico pode ser mais bem orientada por atividades de planejamento organizado, seja conduzido pelo setor público ou pelo setor privado. E nesse aspecto, a existência (ou geração) de informações qualificadas de base quantitativa e qualitativa é fundamental para orientação de planos, projetos, e programas de investimentos, de curto, médio ou longo prazo, principalmente quando as previsões de investimentos são de base conservacionista – conciliando desenvolvimento econômico com conservação ambiental.

No Estado do Amapá, mesmo prevalecendo um setor primário com baixa intensidade tecnológica, a aglutinação de produtos originários em diferentes “formas de fazer” e comercializar, podem ser reunidos na conceituação da chamada “bioeconomia”². Essa conceituação por ainda possuir um caráter amplo e em 2 Conceituação baseada em critérios de sustentabilidade: alguns pesquisadores e instituições também procuram conceituara bioeconomia a partir de critérios de ética, justiça e sustentabilidade, a exemplo do Centro Finlandês de Estudos Futuros, por meio do projeto BioEcoJust (Taylor et al. 2019), e de artigos acadêmicos que classificam as narrativas de bioeconomia a partir de critérios de sustentabilidade (Vivian et al. 2019) e da relação entre bioeconomia, biodiversidade e pessoas formação e aplica-se tanto para setores intensivos em alta tecnologia, como fármacos, cosméticos e química verde, quanto para atividades intensivas em trabalho, como o extrativismo de produtos florestais não madeireiros: óleos, frutos, sementes e resinas vegetais (LOPES, e CHIAVARI, 2022).

[2] Conceituação baseada em critérios de sustentabilidade: alguns pesquisadores e instituições também procuram conceituar a bioeconomia a partir de critérios de ética, justiça e sustentabilidade, a exemplo do Centro Finlandês de Estudos Futuros, por meio do projeto BioEcoJust (Taylor et al. 2019), e de artigos acadêmicos que classificam as narrativas de bioeconomia a partir de critérios de sustentabilidade (Vivian et al. 2019) e da relação entre bioeconomia, biodiversidade e pessoas (Bastos, Lima e Palme 2022). O Painel Científico para a Amazônia reconhece a dificuldade de definir bioeconomia e propõe olhar para o conceito não como um setor econômico, mas como um imperativo ético (Abramovay et al. 2021).

Em razão das argumentações expostas, a motivação desse projeto está em estruturar uma base de orientação para algumas políticas públicas inéditas no Estado do Amapá por meio da construção do **Plano Estadual da Bioeconomia do Amapá (BIO-Amapá)**, lastreado em informações qualificadas e articuladas com conhecimento novo, organizado por meio de instrumentos de suporte à tomada de decisão dos gestores públicos e dos investidores empresariais. O Plano BIO-Amapá apresentará um conjunto de normativas para fomentar investimentos no potencial diversificado dos recursos nativos da bioeconomia amapaense com origem: a) na agricultura de base familiar e comercial; b) na produção agroextrativista; c) nos produtos orgânicos vegetais; d) na produção da pesca e da aquicultura, entre outros potenciais.

Dessa maneira, a elaboração do Mapeamento e Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá deverá contribuir com a elaboração de informações quantitativas os diversos aspectos dos recursos nativos, ao possibilitar conhecer: a) Onde são produzidas – qual o lugar/comunidade/município?; b) O que se produz – quais são os produtos? c) Como se produz – qual é a técnica/tecnologia de produção? d) Para quem se produz – qual é o mercado, quem consome? e) Quais as potencialidades de aplicação – alimentícia, fármacos, cosméticos, química verde?

É fundamental destacar que a execução desse projeto de pesquisa está em plena sintonia com as ações de programas de pesquisa desenvolvidas por meio de instrumentos de planejamento de políticas públicas do governo federal e de organizações da sociedade civil em torno da temática e aplicação dos instrumentos da Bioeconomia. No campo operacional dessas instituições, os planos de atividade estabelecem incentivos às ações práticas que articulam os elementos da bioeconomia com os temas de “descarbonização” de cadeias produtivas vinculados a instrumentos operacionais centrados na sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Diante das constatações descritas e mencionadas, resta comprovada a relevância do projeto técnico científico para elaboração do “Mapeamento e Diagnóstico dos Produtos e das Iniciativas da Bioeconomia, para orientar a elaboração do Plano Estadual da Bioeconomia do Estado do Amapá (BIO-Amapá), com indicação de bio-recursos de setores estratégicos para Projetos de

Beneficiamento Industrial (PBI) no Amapá”, que poderá ser utilizado como uma ferramenta para a integração da economia local com a nacional, com possibilidade de melhoramento do Produto Interno Bruto (PIB) amapaense, entre outras possibilidades.

FUNÇÃO	QUANT	DETALHAMENTO DO TRABALHO	VINCULAÇÃO
Coordenador Geral Prof. Dr. Manoel Ricardo Vilhena	01	Coordenar a implementação do projeto na UNIFAP; Coordenar a equipe de pósgraduandos; Coordenar o processo Seletivo; Coordenação geral das equipes; Coordenar a execução geral dos trabalhos de campo e audiências públicas; Coordenar a construção do diagnóstico e plano BIO-Amapá; Coordenar as reuniões gerais; Monitorar a execução do orçamento; Exercer o papel de interlocutor interinstitucional.	UNIFAP
Vice coordenador Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto	01	Substituir a eventual ausência do coordenador; Coordenar a equipe de graduação; Coordenar o andamento das equipes de município; Coordenar a construção das Cartilhas; Coordenar parte trabalhos de campo; Auxiliar na construção do diagnóstico e plano; Coordenar a revisão dos relatórios das equipes de município.	UNIFAP
Assessor de Pesquisa A serem definidos	03	. Apoiar as ações da Coordenação e Vicecoordenação nas ações de pesquisa; Ajudar na coordenação da equipe de graduação; Contribuir na coordenação do andamento das equipes de município; Coordenar a construção das Cartilhas; Coordenar parte dos trabalhos de campo; Auxiliar na construção do diagnóstico e plano; Coordenar a revisão dos relatórios das equipes de município.	UNIFAP /UEAP
Secretário de Administração Heráclito Costa Júnior	01	Gerenciar a execução administrativa, financeira e operacional; Auxiliar o coordenador e o vice na gestão das equipes; Auxiliar no diagnóstico e desenvolvimento do plano.	UNIFAP

<p>Assessor de Processamento Estatístico A ser definido</p>	01	<p>Organizar bases de dados secundários e primários; Elaborar tabulação e sistematização de dados quantitativos; Produzir tabelas, quadros, figuras, gráficos e demais produtos de processamento ; Redigir relatórios sistematizados de análise estatística .</p>	UNIFAP/UEAP
<p>Assessoria de Comunicação Renivaldo Costa</p>	01	<p>Produzir as mídias digitais e as artes gráficas do projeto; Registrar as ações de campo em vídeos, fotos e produção de textos; Gestão da comunicação em páginas institucionais; Produção da arte das cartilhas e documentos em geral; Registrar as reuniões e eventos do projeto.</p>	UNIFAP
<p>Equipe multidisciplinar de pós - graduação: Doutorado Biodiversidade Tropical; Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR); Mestrado em Educação, Mestrado em Matemática (PROFMAT); Doutorado (BIONORTE); Mestrado PROFNIT; Mestrado em Educação Inclusiva. A serem definidos</p>	06	<p>Fazer o levantamento de dados secundários e primários dos municípios e áreas/regiões de pesquisa; Fazer o levantamento das lideranças e instituições importantes na área de estudo; Elaborar os relatórios parciais e finais da pesquisa; Auxiliar no acompanhamento dos alunos de graduação do projeto.</p>	
<p>Equipe multidisciplinar de graduação e (Bacharelado e Licenciatura em Biologia; Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais; Licenciatura em Geografia; Licenciatura em Matemática) A serem definidos</p>	10	<p>Auxiliar no levantamento de dados secundários e primários dos municípios e áreas/regiões de pesquisa; Aplicar os questionários da pesquisa de campo; Auxiliar na elaboração dos relatórios; Organizar os dados obtidos na pesquisa bibliográfica e de campo</p>	UNIFAP / UEAP

O Projeto “Mapeamento e Diagnóstico dos Produtos e das Iniciativas da Bioeconomia, para orientar a elaboração do Plano Estadual da Bioeconomia do Estado do Amapá (BIO-Amapá), com indicação de biorecursos de setores estratégicos para Projetos de Beneficiamento Industrial (PBI) no Amapá” prevê a realização de pesquisa de campo, visitas técnicas aos 16 municípios amapaenses, incluindo a realização de

audiências públicas com a participação ativa de dirigentes comunitários, lideranças de Associações e Cooperativas de Produtores, autoridades do legislativo (Câmaras de Vereadores), executivo (Prefeituras municipais), rede de micro e pequenos empresários locais. Como produto final, o Mapeamento e Diagnóstico dos Produtos e das Iniciativas da Bioeconomia poderá contribuir para despertar interesse de empresas que processam matéria prima de base biológica (bio-recursos, biofármacos, bio-cosméticos, etc.), interessadas em instalar indústrias de beneficiamento no Amapá, ofertando assim, maiores oportunidades de emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Despesa Operacional e Administrativa – Pessoa Jurídica – 10%
2. Fundo de Pesquisa e Extensão – Pessoa Jurídica – 5%

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
Meta 1.1. Etapa Inicial – Estruturação da Pesquisa Ação 1.1.1: Criação do Comitê de Coordenação (Portaria UNIFAP) Ação 1.1.2: Estruturação do espaço físico de trabalho Ação 1.1.3: Elaboração, publicação do edital de seleção de doutorandos, mestrandos e graduandos (Equipe de Pesquisa) Ação 1.1.4: Curso de nivelamento e capacitação dos integrantes Ação 1.1.5: Composição das equipes nos 16 municípios Ação 1.1.6: Elaboração do Plano de Execução da Pesquisa: a) base de dados secundários e primários; instituições parceiras; roteiros de pesquisa; estrutura logística; recursos disponíveis; prazos e metas definidas.	Veículo Pick Up	UNID	1	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	out-23	jan-24
	Sistema de videoconferência	UNID	1	R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00	out-23	jan-24
	Notebook	UNID	2	R\$ 3.500,00	R\$ 7.000,00	out-23	jan-24
	Tablet	UNID	2	R\$ 2500,00	R\$ 5000,00	out-23	jan-24
	Drone	UNID	1	R\$ 2500,00	R\$ 2500,00	out-23	jan-24
	Impressora Tank	UNID	1	R\$ 1000,00	R\$ 1000,00	out-23	jan-24
	Datashow	UNID	1	R\$	R\$ 4500,00	out-23	jan-24

Ação 1.1.7: Levantamento de dados secundários: base de instituições ensino e pesquisa				4500,00			
Produto da Meta 1.1: Relatório de Estruturação das Atividades de Pesquisa	HD externo 2T	UNID	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00	out-23	jan-24
					R\$		
					R\$ 277.700,00	% 17,06	
Meta 2. Mapeamento dos Atores Municipais e Pesquisa de Dados Primários							
Ação 2.1: Elaboração do Questionário Quanti-Quali: estruturação e validação	Diárias para o deslocamento da equipe	DIA	360	R\$ 220,00	R\$ 79.200,00	jan-24	mar-24
Ação 2.2. Identificação das Fontes de Pesquisa em cada município							
Ação 2.3: Organização da Pesquisa de Campo	Combustível (300l /viagem)	L	2400	R\$ 5,00	R\$ 12.000,00	jan-24	mar-24
Ação 2.4: Execução da Pesquisa de Campo							
Ação 2.5: Sistematização, tabulação e geração de indicadores: dados de campo.							
Ação 2.6: Elaboração dos Relatórios Parciais	Diárias para o motorista	DIA	24	R\$ 220,00	R\$ 5.280,00	jan-24	mar-24
Produto da Meta 1.2: Relatório da Pesquisa de Campo.					R\$ 96.480,00	5,93%	

<p>Meta 3. Construção do Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá.</p> <p>Ação 3.1: Organização, divulgação e mobilização da audiência pública: realização nos 16 municípios.</p> <p>Ação 3.2: Realização das audiências públicas: apresentação dos resultados da pesquisa, debate para opiniões, críticas, sugestões, validação da pesquisa, coleta de propostas.</p> <p>Ação 3.3: Sistematização dos dados obtidos e propostas das audiências públicas.</p> <p>Ação 3.4: Elaboração da versão preliminar do Diagnóstico da Bioeconomia</p> <p>Ação 3.5: Estruturação da versão preliminar de subprodutos do diagnóstico: a) Calendário de Produção; b) Catálogo de Produtos Locais; c) Configuração da Cadeia de Valor de Produtos e subprodutos de setores estratégicos para Projetos de Beneficiamento Industrial (PBI) no Amapá.</p> <p>Ação 3.6: Análise potencial e seleção de produto/s para inserção no programa Rotas de Biodiversidade: Castanha-do-Brasil (alimentos e cosméticos); Cipó-Titica (móveis); Mel (de fármacos e alimentos); Óleos vegetais (fármacos); Grude e Barbatanas Tubarão (química).</p> <p>Ação 3.7: Análise da aplicação de bio-recursos de setores estratégicos para Projetos de Beneficiamento Industrial (PBI) no Amapá.</p> <p>Ação 3.8: Validação do</p>	Diárias para o deslocamento da equipe	DIA	360	R\$ 220,00	R\$ 79.200,00	jan-24	ago-25
	Combustível (300 L/viagem)	L	2400	R\$ 5,00	R\$ 12.000,00	jan-24	ago-25
	Diárias para o motorista	DIA	24	R\$ 220,00	R\$ 5.280,00	jan-24	ago-25

					R\$ 96.480,00	5,93%	
Meta 4. Consolidação dos Produtos Ação 4.1: Consultas ad hoc: pareceres técnicos Ação 4.2: Elaboração da versão final do Diagnóstico da Bioeconomia Ação 4.3: Elaboração da versão final das Propostas para o Plano Estadual da Bioeconomia do Amapá (BIO-Amapá) Ação 4.4: Elaboração da versão final das Cartilhas: a) Calendário de Produção da Bioeconomia; b) Catálogo de Produtos da Bioeconomia de setores estratégicos para Projetos de Beneficiamento Industrial (PBI) no Amapá. Ação 4.5: Resumo Executivo: Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá e Propostas do Plano Estadual da Bioeconomia do Amapá (BIO-Amapá) Ação 4.6: Validação e entrega dos projetos. Ação 4.7: Produção da Revista BIO-Amapá (material técnico e científico): versão impressa e digital. Produto da meta 4: Diagnóstico da Bioeconomia do Amapá e Propostas do Plano Estadual da Bioeconomia do Amapá (BIOAmapá)	Passagens aérea	PARES	3	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00	abr -24	ago-25
	Diárias nacionais	DIA	10	R\$ 341,02	R\$ 3.410,20	abr -24	ago-25
	Consultas ad hoc (Parecer Técnico): BIOTEC	UNID	2	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	abr -24	ago-25
	Evento público de apresentação dos resultados	UNID	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	jul-25	ago-25
	Produção da Revista BIOAmapá (material técnico e	UNID	1000	R\$ 50,00	R\$ 50.000,00	jul-25	ago-25

	científico): versão impressa e digital.						
					R\$ 83.410,20	5,13%	
GESTÃO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
Meta 5: Atividades Gerais: referentes ao planejamento, execução e entregas.	Coordenador Geral	MÊS	24	R\$ 5.000,00	R\$ 120.000,00	out-23	set-25
	Vice coordenador	MÊS	24	R\$ 4.000,00	R\$ 96.000,00	out-23	set-25
					R\$ 312.000,00		
Meta 6: Custos transversais as etapas de execução do projeto: Equipe de prestação de serviços.	Assessor de Pesquisa (UEAP)	MÊS	12	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	out-24	set-25
	Assessor de Pesquisa (UEAP)	MÊS	12	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	out-24	set-25

	Assessor de Pesquisa (UNIFAP)	MÊS	18	R\$ 4.000,00	R\$ 72.000,00	abr-24	set-25
	Secretário de Administração	MÊS	24	R\$ 2.000,00	R\$ 48.000,00	out-23	set-25
	Assessor de Processamento Estatístico (UEAP)	MÊS	24	R\$ 2.000,00	R\$ 48.000,00	out-23	set-25
	Assessoria de Comunicação	MÊS	24	R\$ 2.000,00	R\$ 48.000,00	out-23	set-25
					R\$ 312.000,00		
Meta 7: Custos transversais a todas as etapas do projeto: Equipe de pesquisadores do projeto	Pesquisador Doutorando 1	MÊS	18	R\$ 2.500,00	R\$ 45.000,00	abr-24	set-25
	Pesquisador Doutorando 2	MÊS	18	R\$ 2.500,00	R\$ 45.000,00	abr-24	set-25
	Pesquisador Mestrando 1	MÊS	18	R\$ 2.000,00	R\$ 36.000,00	abr-24	set-25

Pesquisador Mestrando 2	MÊS	18	R\$ 2.000,00	R\$ 36.000,00	abr-24	set-25
Pesquisador Mestrando 3	MÊS	18	R\$ 2.000,00	R\$ 36.000,00	abr-24	set-25
Pesquisador Mestrando 4	MÊS	18	R\$ 2.000,00	R\$ 36.000,00	abr-24	set-25
Pesquisador graduando 1	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25
Pesquisador graduando 2	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25
Pesquisador graduando 3	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25
Pesquisador graduando 4	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25
Pesquisador graduando 5	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25

	Pesquisador graduando 6	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25
	Pesquisador graduando 7	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25
	Pesquisador graduando 8	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25
	Pesquisador graduando 9	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	Abr-24	mar-25
	Pesquisador graduando 10	MÊS	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00	abr-24	mar-25
					R\$ 378.000,00		
Meta 8: Custo da Fundação de Apoio	Despesa Operacional e Administrativa	MÊS	1	R\$ 118.532,18	R\$ 118.532,18	out-23	nov-23
					R\$ 118.532,18		

Meta 9: Custo da Universidade Federal do Amapá	Fundo de Pesquisa e Extensão	MÊS	1	R\$ 48.838,78	R\$ 48.838,78	out-23	nov-23
					R\$ 48.838,78		
TOTAL GERAL					R\$ 1.627.441,16	100,0 0%	

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
09/2023	R\$ 1.627.441,16 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos)

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 – Outros Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	Sim	R\$ 1.349.741,16
449039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	Sim	R\$ 277.700,00

Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.

12. PROPOSIÇÃO

Macapá/AP, 29 de setembro de 2023.

Júlio César Sá de Oliveira
Reitor
Fundação Universidade Federal do Amapá

13. APROVAÇÃO

Brasília-DF, 29 de setembro de 2023.

Adriana Melo Alves
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial
Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional

Observações:

1) Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.

2) A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CÉSAR SÁ DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 29/09/2023, às 18:29, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial**, em 29/09/2023, às 19:34, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4617909** e o código CRC **856F3ECB**.
